

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaúcho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ROUBOS DE CARGAS

RELATÓRIO FINAL

No dia 3 de abril do ano de dois mil, foi apresentado e aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, requerimento subscrito por número regimental de senhores deputados, constituindo-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar fatos pertinentes ao roubo de cargas.

O fato determinado pelo requerimento de constituição foi considerado como assunto de grande interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal e social no Estado do Paraná.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas foi constituída através do Ato do Presidente nº 05/2000, de 13 de abril de 2000.

Em data de 14 de abril, sob a presidência do deputado Nelson Justus, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a comissão foi instalada e foram eleitos para presidente e vice-presidente, os senhores deputados Cesar Seleme e Pastor Edson Praczyk, respectivamente.

Na oportunidade, o presidente Cesar Seleme, convidou o Pastor Edson Praczyk para ocupar o cargo de Relator da Comissão. Tendo, ainda, como membros os deputados Algaci Tulio, Renato Gaucho, Tiago Amorin, Cleiton Kielse, Edno Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Divanir Braz Palma, Antonio Baratter e Beraldin.

O prazo inicialmente previsto de 120 (cento e vinte) dias, daí porque na reunião plenária de 16 de agosto último, deliberou-se pela prorrogação dos trabalhos da comissão, tendo em vista expediente enviado pela Corregedoria Geral de Justiça, através do Ofício nº 3978, quando solicitava o pronunciamento da CPI perante denúncia enviada para aquele órgão.

Foram realizadas dez reuniões plenárias e tomados depoimentos de ilustres convidados ligados ao setor de transportes, bem como de autoridades do sistema policial e repressivo ao roubo de cargas. Também foi interrogado, na cidade de Tibagi, o senhor Almir Guiotti, que se encontrava preso naquele município.

Na 1ª Reunião Ordinária, dia 24 de abril, foi tomado o depoimento do doutor Paulo Kessler, da Promotoria de Investigações Criminais, que apresentou esclarecedor depoimento sobre o *modus operandi* das quadrilhas que agem no Estado do Paraná. Outras autoridades da área de segurança foram convidadas para auxiliar o trabalho dos senhores deputados.

No dia 05 de maio, compareceu perante a comissão o major Valdir Copetti Neves, chefe de Operações do Comando do Interior e ex-comandante do Grupo Águia da Polícia Militar, logo após, no dia 10 de maio, foi a vez do doutor Jairo Estorílio, delegado adjunto da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Finalmente, no dia 09 de agosto, prestou depoimento o doutor Luiz Gilmar da Silva, delegado titular da 6ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu.

Da área dos transportadores de cargas foram ouvidos os senhores Valmor Weiss, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado, no dia 27 de abril e o coronel Sérgio Malucelli, diretor Executivo da mesma federação, no dia 03 de maio.

De São Paulo foram convidados e compareceram perante a comissão, os senhores Artur Santos, vice-presidente da Pancary Corretora e Seguros, no dia 10 de maio, e o coronel Paulo Roberto Soares, diretor de segurança da Federação das Empresas de Transportes do Estado de São Paulo, no dia 17 de maio.

Saulo Ivo Lamb, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu, no dia 31 de maio, Luiz Anselmo Trombini, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Guarapuava, no dia 07 de junho e o doutor Dilmar Cunha Bueno, presidente da Federação Nacional de Transportadores e Rodoviários Autônomos e presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Estado do Paraná, no dia 14 de junho.

Vale salientar que, além dos depoimentos sempre promovidos de valiosas informações e sugestões, a grande maioria dos convidados forneceu valiosa documentação que constituem o acervo documental que sustentam este relatório.

DOS RESULTADOS OBTIDOS PELA CPI

Tomado os primeiros depoimentos dos empresários ligados ao setor de transportes, bem como autoridades engajadas no sistema policial e repressivo ao crime organizado, que espontaneamente compareceram perante a CPI, formou-se desde logo, o consenso entre os membros da comissão que esta deveria dar ênfase na adoção de medidas práticas que representassem propostas de ordem preventiva.

Diante desta posição optou-se pela apresentação de relatórios parciais, através dos quais foram apresentados projetos de lei para discussão e votação pela Casa, dos quais são dignos de destaque, os seguintes:

O primeiro projeto, de nº 143/2000, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná. Uma das reivindicações verificadas em quase todos os depoimentos foi que o aparato policial contasse com uma central de informações que pudesse identificar rapidamente, os veículos e cargas furtadas ou roubadas e proporcionar sua pronta recuperação. O projeto foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador - Lei nº 12.971, de 31 de outubro de 2.000.

Outra sugestão apresentada, e que prontamente foi aceita pelos membros da Comissão Parlamentar, foi a contida no Projeto de Lei nº 155/2000, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Centro de

Apoio ao Caminhoneiro nas Rodovias do Estado do Paraná, Programa já implantado com sucesso em vários Estados do Nordeste do país, este Centro de Apoio ao Caminhoneiro deverá proporcionar ao profissional do volante e sua família uma área para que os mesmos possam pernoitar com segurança e comodidade. O projeto foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador - Lei nº 13.028, de 26 de dezembro de 2.000.

Uma das prioridades e objetivos da comissão foi apresentar medidas de ordem preventiva como a que está contida no Projeto de Lei nº 156/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Combate ao Roubo, Furto e Desvio de Cargas no Estado do Paraná, com amparo na Constituição do Estado que no seu inciso X, do artigo 53, confere competência ao Poder Legislativo para estruturar e definir atribuições às Secretarias de Estado.

Considerando, que através dos depoimentos tomados pela CPI, foi possível constatar que é imperioso que a fiscalização tributária estadual se faça presente nas ações repressivas contra receptadores de cargas roubadas, afim que tais ações tenham eficácia e eficiência, foi apresentado o Projeto de Lei nº 213/2000, que autoriza o Poder Executivo determinar integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas para o combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

Além destas proposições foram encaminhadas várias sugestões às autoridades constituídas. Um dos objetivos já foi atendido. A comissão recebeu, no último dia 29 de maio, correspondência do Departamento da Polícia Civil na qual afirma que “atendendo solicitação desta comissão, envio cópia de Ordem de Serviço nº 16/2000, datada de 26 de maio de 2000, que determina que todas as delegacia de Polícia do Estado do Paraná, distritais, municipais, regionais e subdivisões, deverão comunicar imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa disciplinar, no prazo de 12 (doze) horas do fato, as ocorrências relativas a desvio, furto, roubo e receptação de cargas, à Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, remetendo via *fac-simile*, o Boletim de Ocorrência com o devido detalhamento.”

Em viagem à Brasília foi entregue ao senador Romeu Tuma, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Roubo de Cargas Nacional, oportunidade em que foi entregue relatório parcial dos trabalhos da comissão, com farta documentação, e várias sugestões de providências de âmbito nacional.

Uma destas sugestões se refere ao acordo que regula o transporte internacional entre o Brasil e o Paraguai, que traz enorme dificuldade no combate ao roubo de cargas pelas nossas instituições policiais.

Outra sugere a obrigatoriedade de instalação de identificadores de chassis eletrônicos, com o objetivo de checar a frota nacional, impossibilitando a existência do chamado “double”. Uma nova sugestão foi a de regulamentar a localização da numeração do chassis em out-

ros dois lugares, mais acessíveis, além do já existente. A localização atual dificulta a fiscalização por parte das autoridades constituídas.

Junto a autoridades locais foram requeridas várias providências, atendendo as solicitações do nosso Disque-Denúncia, no objetivo de agilizar a busca e apreensão de vários veículos e cargas roubados ou furtadas em nosso Estado.

CONCLUSÃO

Agindo sempre com o objetivo de priorizar o poder legislador e investigador que é inerente a Assembléia Legislativa, conseguiu com muita objetividade e transparência levantar causas e danosas conseqüências desta modalidade criminosa que deve ser atribuída ao chamado crime organizado.

O pressuposto da incidência do roubo de carga acontece como crime organizado se baseia na existência de uma rede de receptadores.

Identificar os receptadores e puni-los é a forma mais prática e eficiente de combater o roubo de cargas. Assim como o dinheiro sujo é lavado, também as mercadorias roubadas passam pela lavagem do desvio e da receptação, mecanismo com que são recolocadas no mercado para se apresentar com feição de regularidade e legalidade, mesmo sendo produto de crime.

Na prática ocorre que as mercadorias roubadas, depois que estão na posse de seus receptadores dificilmente são recuperadas. Suspeita-se, pelo *modus operandi* das quadrilhas de assaltantes e ladrões que estes só agem a partir do ajuste da entrega aos receptadores ou seja, o roubo só é consumado a partir da certeza de que a mercadoria será desviada ou entregue a um receptador, que a recolocará no mercado com feição de legalidade.

Forçoso, pois, concluir sem uma efetiva participação da fiscalização tributária, como única instituição que pelas prerrogativas de investigação que detém que quanto a origem, a procedência, o trânsito e a circulação de bens e mercadorias, tudo mais será paliativo e ineficaz no combate ao crime organizado.

Lamentavelmente, constata-se que a fiscalização tributária ainda não tem consciência da fundamental e indispensável participação que deve ter como ação repressiva a este tipo de delito. A importância, portanto, do Projeto de Lei nº 123/2000, que objetiva a integração da fiscalização da receita estadual com as forças policiais, é condição *sine qua non* para que se inicie no Estado do Paraná uma efetiva política governamental de combate ao crime organizado quanto ao roubo de cargas.

Evidente que a apresentação dos projetos de lei, as sugestões ao Congresso Nacional e solicitações de providências junto ao órgão público estaduais, ao lado das expressivas, positivas e reiteradas intervenções da imprensa escrita e falada pelos trabalhos e atuação da CPI, serviu como ponto de partida para uma tomada de consciência coletiva.

Espera-se que o empenho e integridade, com que os membros e colaboradores da CPI atuaram sirva como efetiva contribuição para a necessária determinação e vontade política do governo, autoridades e setores responsáveis pela repressão, se posicionarem e assumirem atitudes objetivas ante a atual situação, mas principalmente para que a própria opinião pública e sociedade, fique consciente da nefasta conseqüência desta modalidade criminosa, passando ela mesma a exigir e cobrar soluções como as medidas apontadas e apresentadas pela CPI.

Sala das Comissões, em 08.03.2001.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Membros:

ALGACI TULIO, TIAGO AMORIM, CLEITON KIELSE, RENATO GAUCHO, ANTONIO BARATTER, BRAZ PALMA, EDNO GUIMARÃES, BERALDIN, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ROUBO DE CARGAS
INSTALADA EM 14 DE ABRIL DE 2000

Presidente:

CESAR SELEME

Vice-presidente e relator:

PASTOR EDSON PRACZYK

Membros:

ALGACI TULIO, TIAGO AMORIM, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CLEITON KIELSE, RENATO GAUCHO, ANTONIO BARATTER, BRAZ PALMA, EDNO GUIMARÃES, BERALDIN.

Reuniões realizadas: 10

Depoimentos Tomados: 11

Doutor Paulo Kessler, Promotoria de Investigações Criminais; major Valdir Copetti Neves, chefe de Operações do Comando do Interior da Polícia Militar; doutor Jairo Estorílio, delegado adjunto da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas; doutor Luiz Gilmar da Silva, delegado titular da 6ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu; Valmor Weiss, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado; coronel Sérgio Malucelli, diretor executiva da mesma federação; Artur Santos, vice-presidente da Pancary Corretora de Seguros;

coronel Paulo Roberto Soares, diretor de Segurança da Federação das Empresas de Transportes do Estado de São Paulo; Saulo Ivo Lamb, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu; Luiz Anselmo Trombini, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Guarapuava; Dilmar Cunha Bueno, presidente da Federação Nacional de Transportadores e Rodoviários Autônomos.

Foi realizada uma viagem à Brasília para entregar, pessoalmente, ao senador Romeu Tuma, presidente da CPI Nacional, relatório parcial da comissão e solicitar várias providências de âmbito nacional.

Uma das sugestões apresentadas, foi prontamente atendida pelo departamento de Polícia Civil, através da Ordem de Serviço nº 16/2000, "atendendo solicitações desta comissão, envio cópia de Ordem de Serviço nº 16/2000, datada de 26 de maio de 2.000, que determina que todas as delegacias de Polícia do Estado do Paraná, distritais, municipais, regionais e subdivisões, deverão comunicar imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa disciplinar, no prazo de 12 (doze) horas do fato, as ocorrências relativas a desvio, furto, roubo e receptação de cargas, à Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, remetendo via *fac-simile*, o Boletim de Ocorrência com o devido detalhamento".

Foram apresentados, também, 4 projetos de lei: Projeto de Lei nº 143/2000 - visa criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e cargas no Estado do Paraná. Lei nº 12.971, de 31 de outubro de 2.000.

Projeto de Lei nº 155/2000 - visa criar o Programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro. Lei nº 13.028, de 26 de dezembro de 2.000.

Projeto de Lei nº 156/2000 - visa criar a Delegacia Especializada de Combate ao Roubo, Furto e Desvio de Carga do Estado. Está em 1ª discussão no Plenário da Casa.

Projeto de Lei nº 213/2000 - visa determinar integração da fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas. Está em 2ª discussão no Plenário da Casa.

Disque Denúncia - Requeridas providências junto as autoridades locais, procurando agilizar busca e apreensão de veículos e cargas roubadas em nosso Estado.

Foi realizada uma viagem ao município de Tibagi, atendendo solicitação da Corregedoria Geral de Justiça, para apurar denúncias formuladas por Almir Guioti, que se encontrava preso naquele município.